

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Rondon do Pará**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Rondon do Pará (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Rondon do Pará, a taxa de pobreza iniciou em 2019 com 26,4%, mantendo-se estável em 2020 (25,7%) e 2021 (26,3%). Contudo, em 2022, observou-se um salto expressivo para 30,7%, seguido por uma queda significativa para 25,5% em 2023. A Região de Integração (RI) Rio Capim apresentou uma trajetória semelhante: iniciou com 44,3% em 2019, caiu levemente até 42,9% em 2020, mas disparou para 62,4% em 2022, antes de cair para 46,3% em 2023. Já o estado do Pará variou de 41,8% em 2019 para 42,3% em 2021, chegando a 59,7% em 2022 e recuando para 43,8%

em 2023. O ano de 2022 se destaca como um ponto crítico em todos os níveis (Gráfico 1).

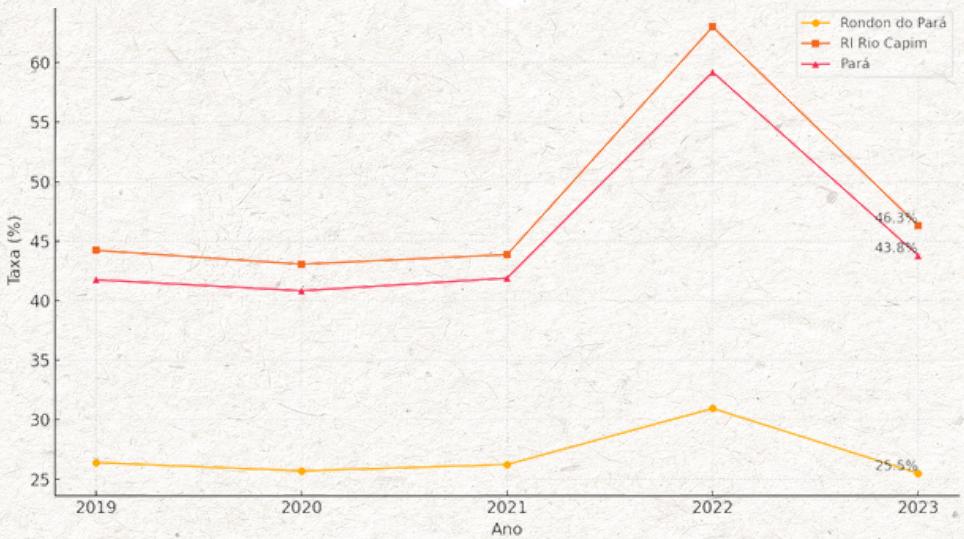
Essas oscilações refletem possíveis impactos socioeconômicos da pandemia e da instabilidade econômica no período. A recuperação observada em 2023 pode ser reflexo de políticas públicas ou retomada de atividades econômicas. Nota-se que, apesar da melhora recente, as taxas em RI Rio Capim e Pará continuam elevadas, indicando vulnerabilidade persistente. Em contrapartida, Rondon do Pará apresentou desempenho mais positivo em 2023, com





Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)

taxa inferior aos níveis estaduais e regionais, demonstrando relativa resiliência frente aos choques macroeconômicos (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

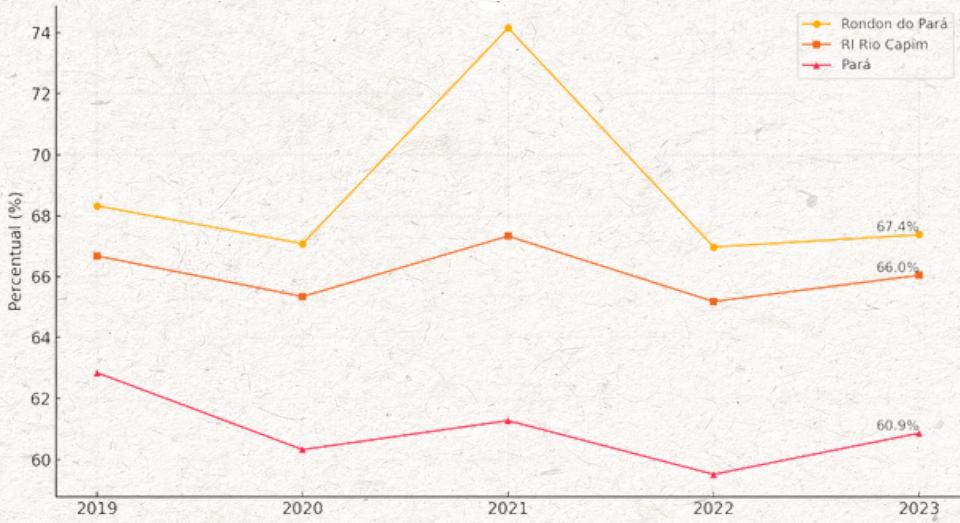
Rondon do Pará manteve elevados percentuais de alocação de recursos em serviços essenciais, partindo de 68,3% em 2019, caindo levemente em 2020 (67,1%), antes de alcançar o pico de 74,1% em 2021. Em 2022, houve recuo para 67,0%, encerrando 2023 com 67,4%. A RI Rio Capim teve comportamento similar, oscilando entre 66,8% (2019), 65,3% (2020), 67,3% (2021) e finalizando em 66,0% em 2023. No Pará, o padrão foi mais contido: 62,7% em 2019, mínima de 59,5% em 2022, e recuperação para 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

A análise sugere que Rondon do Pará tem

priorizado gastos com serviços essenciais em relação às demais esferas territoriais, especialmente durante o pico pandêmico de 2021. Essa estratégia pode ter contribuído para a melhora de indicadores sociais em 2023, como a queda da pobreza. A RI e o Estado apresentaram menor comprometimento proporcional de recursos, o que pode ter limitado o alcance e a eficácia das políticas públicas no enfrentamento das demandas sociais emergentes. A tendência de recuperação em 2023 indica possível retomada do foco nos serviços essenciais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

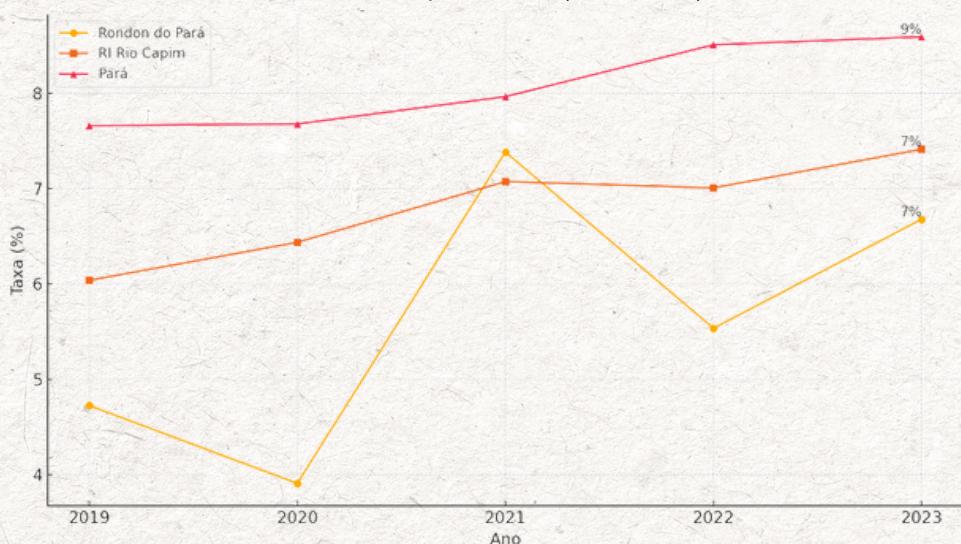
Rondon do Pará iniciou 2019 com taxa de 4,7%, reduzindo para 3,9% em 2020, mas saltando para 7,3% em 2021. A partir daí, houve queda para 5,6% em 2022, seguida por nova elevação para 7,0% em 2023. Na RI Rio Capim, a taxa cresceu gradualmente: 6,1% (2019), 6,4% (2020), 7,1% (2021), pequena queda em 2022 (7,0%) e retorno a 7,4% em 2023. O estado do Pará mostrou crescimento constante: 7,6% (2019), 7,6% (2020), 8,0% (2021), 8,6% (2022) e 9,0% em 2023 (Gráfico 3).

O dado preocupa, pois mes-

mo com oscilações, a taxa de Rondon do Pará voltou a patamares elevados em 2023. O comportamento estadual demonstra tendência contínua de aumento, o que indica falhas persistentes no pré-natal, na nutrição materna e na saúde neonatal. Apesar da performance ainda inferior à média estadual, a tendência em Rondon do Pará e na RI exige atenção das políticas públicas, especialmente após os saltos registrados em 2021 e 2023, que indicam instabilidade na qualidade da atenção básica à saúde (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



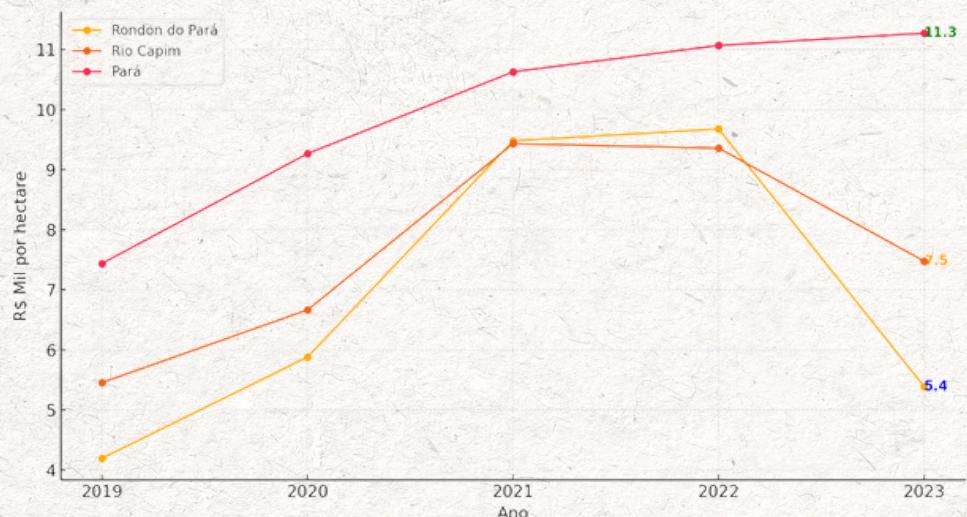
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Rondon do Pará apresentou um crescimento expressivo de R\$ 4,2 mil/ha em 2019 para R\$ 9,5 mil/ha em 2021 e R\$ 9,7 mil/ha em 2022. Contudo, a produtividade despencou para R\$ 5,4 mil/ha em 2023. A RI Rio Capim teve trajetória semelhante: de R\$ 5,4 mil/ha (2019) para R\$ 9,4 mil/ha (2021), mantendo-se até 2022, mas caindo para R\$ 7,5 mil/ha em 2023. O estado do Pará seguiu trajetória de crescimento contínuo: R\$ 7,4 mil/ha (2019) para R\$ 11,3 mil/ha em 2023, sem recuos (Gráfico 4).

A queda de produtividade em Rondon do Pará

e na RI Rio Capim em 2023 pode estar ligada a fatores como clima adverso, dificuldades logísticas, ou redução de investimentos no setor. Em contraste, o Pará como um todo apresentou estabilidade e avanço, indicando que o desempenho negativo local foi um fenômeno pontual e territorializado. A forte dependência da agropecuária local evidencia a necessidade de estratégias de mitigação de riscos e diversificação produtiva para garantir sustentabilidade e crescimento econômico (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 5,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

A análise revela uma redução consistente e significativa da mortalidade infantil em Rondon do Pará após 2021, o que pode indicar melhorias nas políticas públicas de saúde materno-infantil. Em contrapartida, tanto a RI quanto o estado apresentaram pouca variação, o que sugere maior estagnação ou menor eficácia das ações nessas escalas. O destaque é que, em 2023, Rondon atingiu o menor índice do período e também o mais baixo entre os três níveis territoriais, representando um avanço substancial frente aos dados de anos anteriores (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

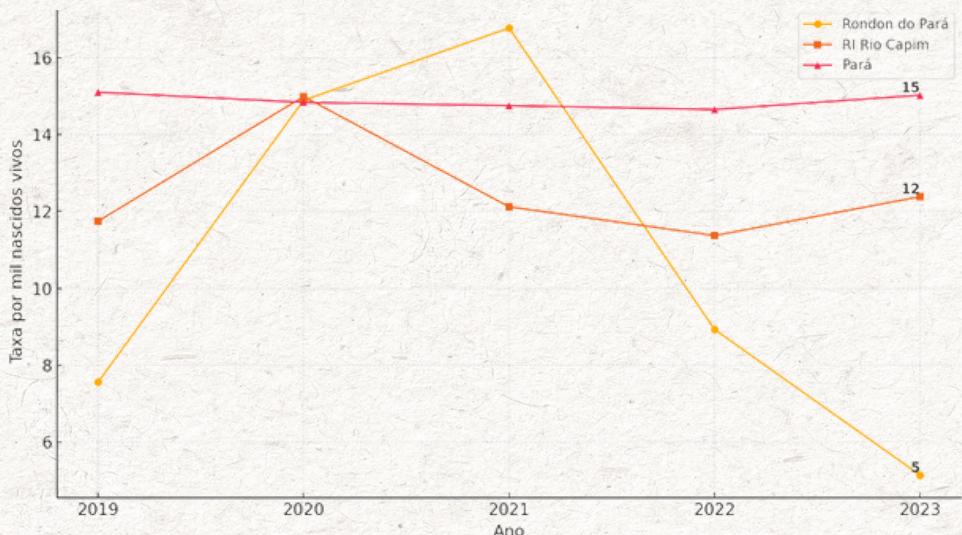
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Rondon do Pará, a taxa de mortalidade infantil variou significativamente: começou em 7,6 em 2019, saltou para 14,9 em 2020 e atingiu o pico de 16,7 em 2021. A partir de 2022, houve uma queda brusca para 9,0, com posterior melhora expressiva para apenas 5,0 em 2023. Na RI Rio Capim, os valores oscilaram de forma mais moderada: 11,7 (2019), 14,9 (2020), 12,2 (2021), 11,4 (2022) e 12,3 (2023). Já o estado do Pará manteve relativa estabilidade, iniciando com 15,1 em 2019, oscilando pouco até atingir 15,0 em 2023 (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

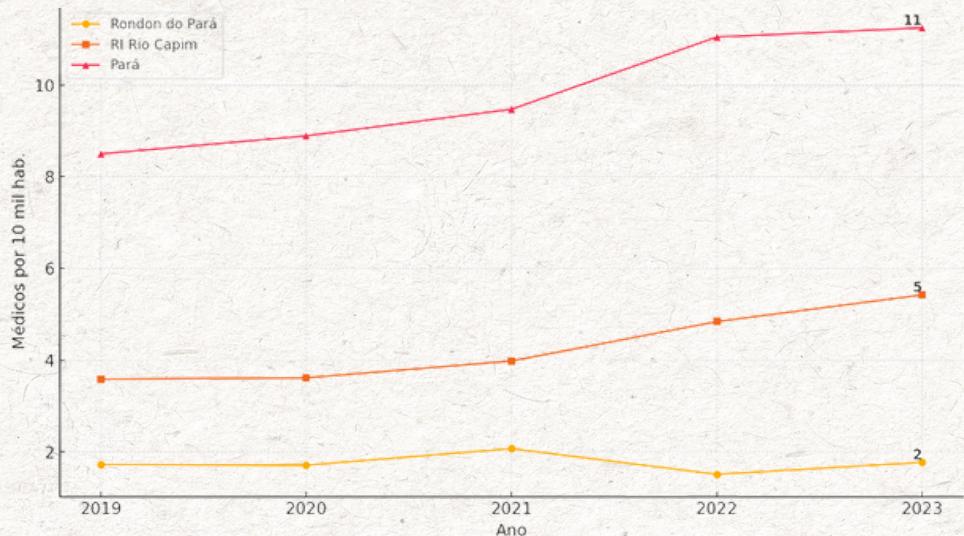
Rondon do Pará apresentou baixa densidade médica ao longo do período analisado. Em 2019 e 2020, havia apenas 1,7 médicos por 10 mil habitantes, subindo levemente para 2,1 em 2021. No entanto, em 2022 o número caiu para 1,5, encerrando 2023 com 2 novamente. A RI Rio Capim apresentou crescimento contínuo: de 3,6 (2019) para 5,2 (2023). Já o estado do Pará passou de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11,1 em 2023, mantendo trajetória ascendente (Gráfico 6).

A discrepância entre os níveis territoriais é notável, com Rondon do Pará registran-

do menos da metade da média estadual em todo o período. A estagnação e leve oscilação negativa em 2022 indicam possível déficit na fixação de profissionais ou dificuldade em ampliar a cobertura. Por outro lado, tanto a RI quanto o estado avançaram de forma contínua, especialmente após 2020, sugerindo fortalecimento da rede de atenção à saúde em escalas mais amplas. A baixa disponibilidade de médicos no município pode comprometer a manutenção da queda na mortalidade infantil observada (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Rondon do Pará apresentou uma redução contínua no número de vagas: de 161 vagas por mil habitantes em 2019, caiu para 157 em 2020, 155 em 2021, 144 em 2022, e chegou a 129 em 2023. Na RI Rio Capim, os valores foram mais estáveis, com 219 (2019), 213 (2020), 212 (2021), aumento para 230 em 2022, e queda para 210 em 2023. O estado do Pará teve um comportamento semelhante: 212 (2019), 207 (2020), 208 (2021), aumento para 219 em 2022, e recuo para 198 em 2023 (Gráfico 7).

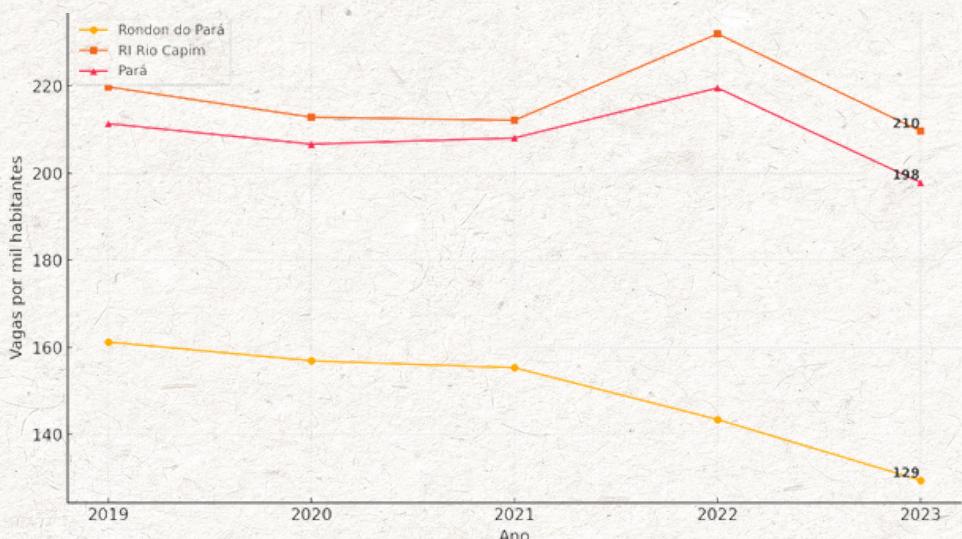
A queda expressiva em Ron-

don do Pará, principalmente entre 2022 e 2023, contrasta com o padrão estadual e regional, onde houve certa recuperação após 2020. Essa redução pode indicar retração da oferta educacional pública no município, com impacto potencial sobre a taxa de escolarização e inclusão educacional. A diferença em relação à RI e ao estado, que mantiveram níveis acima de 200 vagas por mil habitantes, evidencia um cenário preocupante para Rondon, que pode exigir reavaliação das políticas de expansão da rede pública local (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 129 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

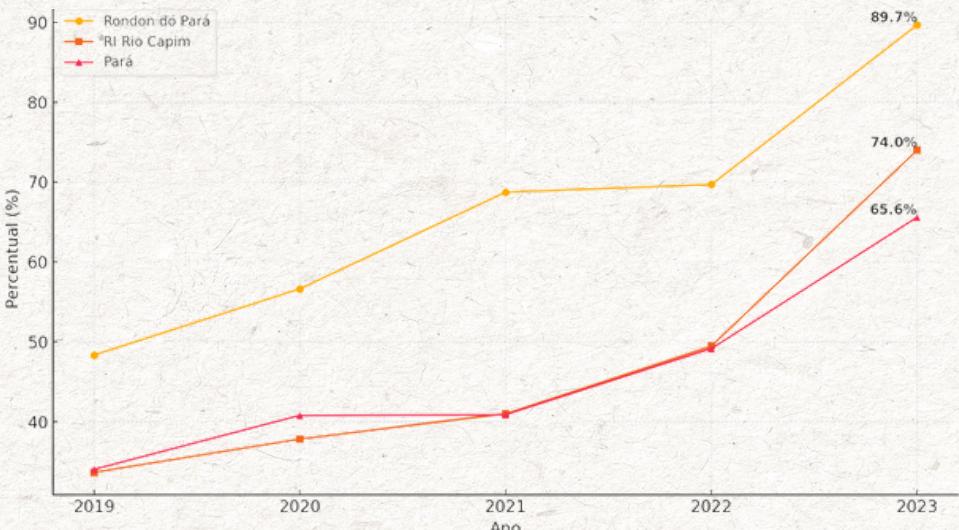
Rondon do Pará apresentou crescimento contínuo e expressivo no acesso à internet nas escolas: de 48,6% em 2019 para 56,6% (2020), 68,9% (2021), 69,8% (2022) e, finalmente, 89,7% em 2023. A RI Rio Capim também cresceu: de 33,8% (2019) para 74,0% (2023). O estado do Pará registrou evolução de 35,3% (2019) para 65,6% em 2023, com destaque para a aceleração entre 2022 e 2023 (Gráfico 8).

Esse indicador revela um avanço importante na infraestrutura educacional de Ron-

don do Pará, que superou tanto a RI quanto o estado desde 2020. O salto entre 2022 e 2023 foi especialmente significativo, indicando investimentos recentes robustos. Esse progresso pode compensar, em parte, a queda no número de vagas ao favorecer a qualidade do ensino e a inclusão digital. A melhoria no acesso à internet é um ponto positivo e alinhado com a transformação digital da educação, especialmente no contexto pós-pandemia (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

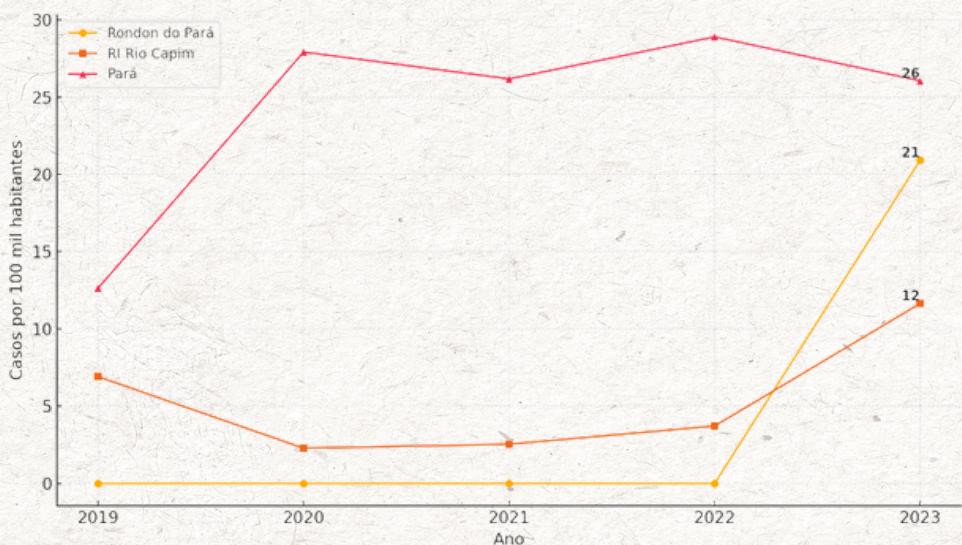


Em Rondon do Pará, o indicador manteve-se zerado entre 2019 e 2022, mas em 2023 houve um aumento expressivo para 21 casos por 100 mil habitantes. Na Região de Integração (RI) Rio Capim, os números iniciaram em 7 casos (2019), caíram para 2,5 em 2020, e oscilaram até atingirem 12 em 2023. Já o estado do Pará apresentou uma tendência de crescimento e estabilização em patamares elevados, passando de 12,8 casos em 2019 para um pico de 29 em 2022, com leve queda para 26 em 2023 (Gráfico 9).



A elevação repentina em Rondon do Pará sugere uma mudança no registro ou no padrão da violência em 2023, exigindo atenção das políticas públicas. O nível estadual se mantém elevado, refletindo um problema crônico e generalizado. A RI Rio Capim também mostra crescimento, ainda que mais gradual. Esse comportamento reforça a necessidade de ações regionais integradas de enfrentamento à violência de gênero, especialmente após a pandemia, que pode ter exacerbado vulnerabilidades (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

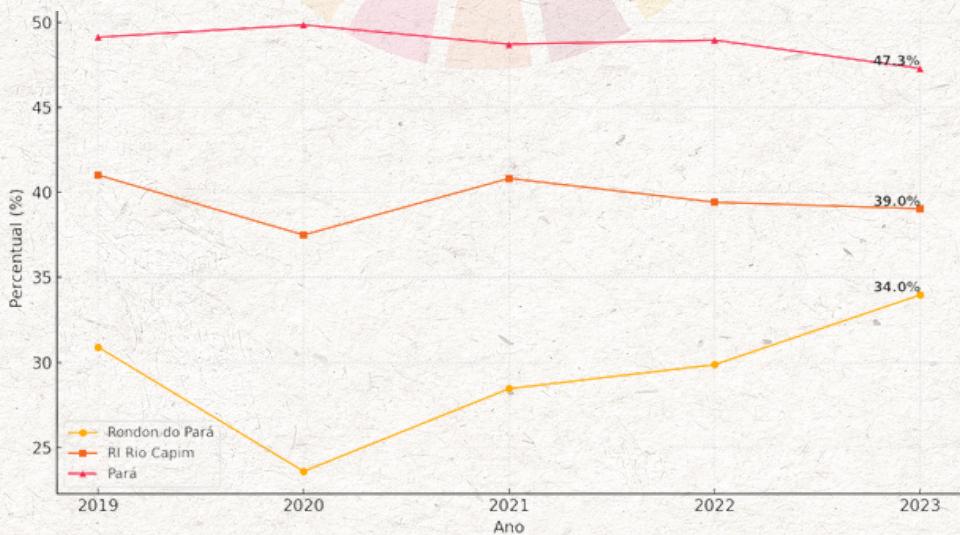
Rondon do Pará iniciou 2019 com 30,9% de participação feminina em cargos gerenciais, recuando para 23,3% em 2020. Em seguida, houve retomada gradual: 28,5% (2021), 29,8% (2022), até alcançar 34,0% em 2023. A RI Rio Capim teve desempenho mais estável, variando de 40,9% (2019) para 39,0% em 2023. O estado do Pará manteve percentuais mais elevados, com leve oscilação: de 49,0% (2020) para 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





Apesar da melhora recente, Rondon do Pará ainda está abaixo da média regional e estadual. A recuperação pós-2020 indica avanço na inclusão de mulheres na liderança, mas o cenário inicial desfavorável sugere desigualdades estruturais persistentes. A RI e o estado mostram maior equilíbrio, reforçando a importância de políticas afirmativas locais para reduzir o gap. A elevação gradual do município é positiva, mas ainda insuficiente para refletir paridade (Gráfico 10).

**Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres,
Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Rondon do Pará, a cobertura de coleta de esgoto entre a população de baixa renda foi de 1,6% em 2019, subindo para 1,8% em 2020, caindo para 1,6% em 2021 e 1,2% em 2022, com recuperação para 2,4% em 2023. A RI Rio Capim mostrou crescimento contínuo: de 1,2% (2019) para 2,2% (2023). O estado do Pará registrou avanços consistentes: 7,0% em 2019, 7,7% (2020), 8,5% (2021), 10,9% (2022) e 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Apesar do aumento recente, Rondon do Pará ainda apresenta cobertura muito inferior à do estado e à RI. A oscilação no período e a baixa média indicam déficit histórico de infraestrutura sanitária nas áreas vulneráveis. O crescimento estadual, em contraste, aponta políticas mais eficazes em outras regiões. A estagnação no município pode comprometer indicadores de saúde pública, reforçando a urgência de ampliação do saneamento nas camadas mais pobres (Gráfico 11).

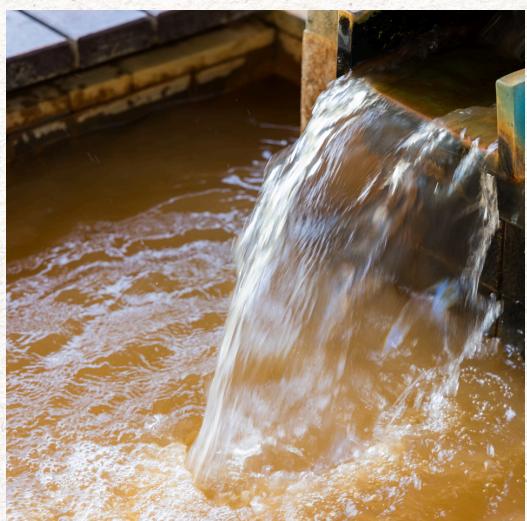
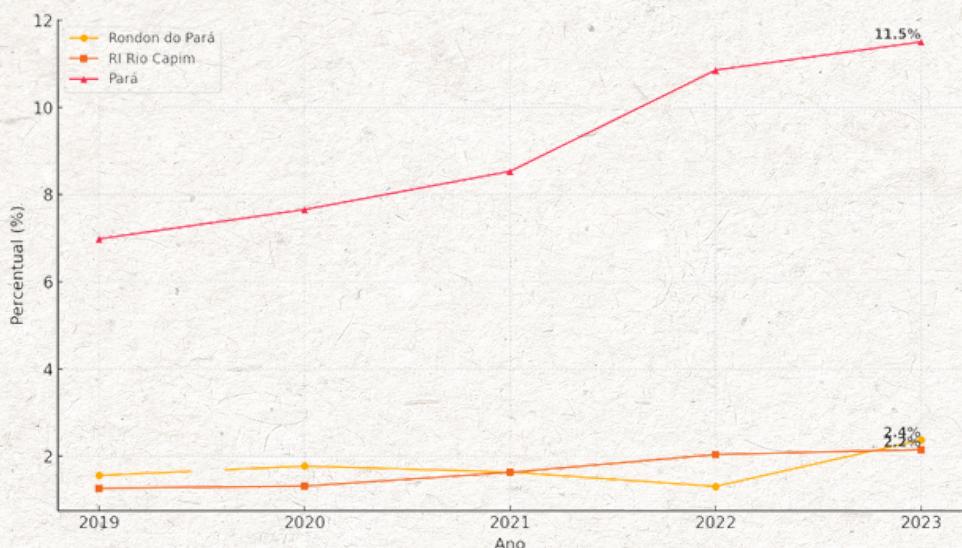




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Rondon do Pará iniciou 2019 com gasto per capita de R\$ 110, valor mantido em 2020. Em 2021, o gasto despencou para praticamente zero (R\$ 1), com leve recuperação em 2022 (R\$ 7) e salto para R\$ 87 em 2023. A RI Rio Capim partiu de R\$ 44 (2019) e chegou a R\$ 62 (2023), enquanto o estado do Pará aumentou de R\$ 80 (2019) para R\$ 137 em 2023, com pico de R\$ 153 em 2022 (Gráfico 12).

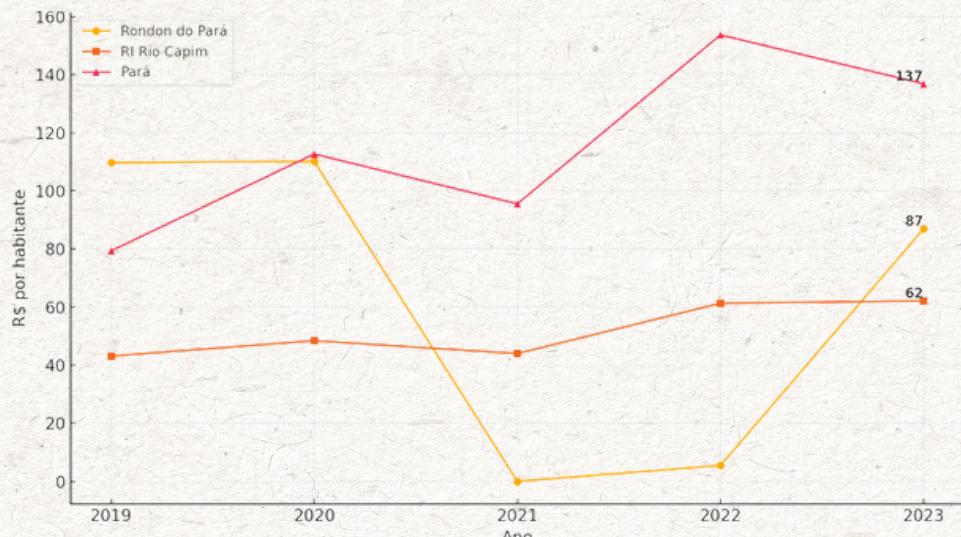
A queda drástica em Rondon entre 2020 e 2021 sugere um

colapso no investimento em saneamento, com retomada apenas parcial até 2023. Apesar do aumento no último ano, o valor ainda é inferior ao do início do período. A RI e o estado mostraram investimentos mais consistentes, refletindo maior compromisso com a área. A oscilação severa no município pode ter comprometido a expansão da rede de esgoto e explica os baixos índices de cobertura nas populações vulneráveis (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 87/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

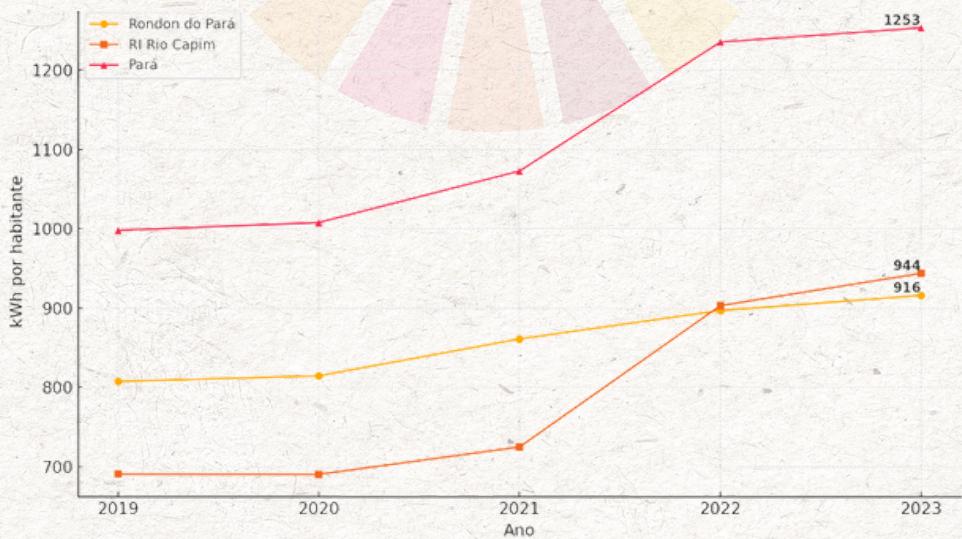


Em Rondon do Pará, o consumo médio de energia elétrica cresceu de 808 kWh/hab. em 2019 para 916 kWh/hab. em 2023, com evolução contínua ao longo dos anos: 816 (2020), 864 (2021) e 899 (2022). A RI Rio Capim teve trajetória mais acentuada, indo de 683 (2019) para 944 kWh/hab. em 2023, com grande salto entre 2021 (723) e 2022 (900). O estado do Pará, por sua vez, apresentou os maiores valores, saindo de 997 kWh/hab. em 2019 e alcançando 1.253 em 2023 (Gráfico 13).



Esse crescimento generalizado reflete uma ampliação no acesso e uso da energia elétrica, possivelmente associado à melhoria das condições de vida e à digitalização de serviços. Mesmo com o aumento expressivo, tanto o município quanto a RI continuam abaixo da média estadual. O Pará mostra avanços consistentes e superiores à média nacional, indicando maior dinamismo econômico ou urbano. A redução da diferença entre os territórios aponta para certa convergência no consumo, sobretudo a partir de 2022 (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 916 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

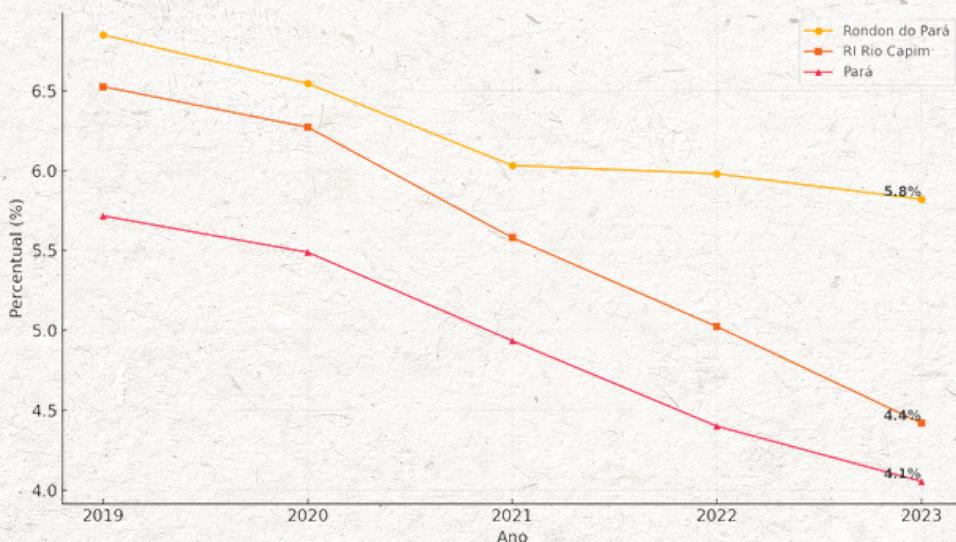
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Rondon do Pará, o percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil caiu de 6,9% em 2019 para 5,8% em 2023. A queda foi contínua: 6,5% (2020), 6,0% (2021), 6,0% (2022), mostrando estabilidade nos dois últimos anos. Na RI Rio Capim, a redução foi ainda mais acentuada: de 6,5% (2019) para 4,4% (2023), com forte declínio entre 2021 (5,6%) e 2022 (5,0%). O estado do Pará registrou a maior queda proporcional: 5,7% (2019) para 4,1% (2023) (Gráfico 14).



Essa redução gradual nos três níveis territoriais aponta para uma substituição progressiva de fontes fósseis por energia elétrica nos lares de baixa renda. O Pará lidera em eficiência nessa transição, com os menores percentuais de 2022 em diante. A RI e o município, apesar de apresentarem avanço, ainda mantêm índices mais altos, revelando que a universalização da energia elétrica ainda não foi plenamente alcançada nessas áreas. A persistência desse tipo de iluminação representa risco à saúde e limitações à qualidade de vida (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



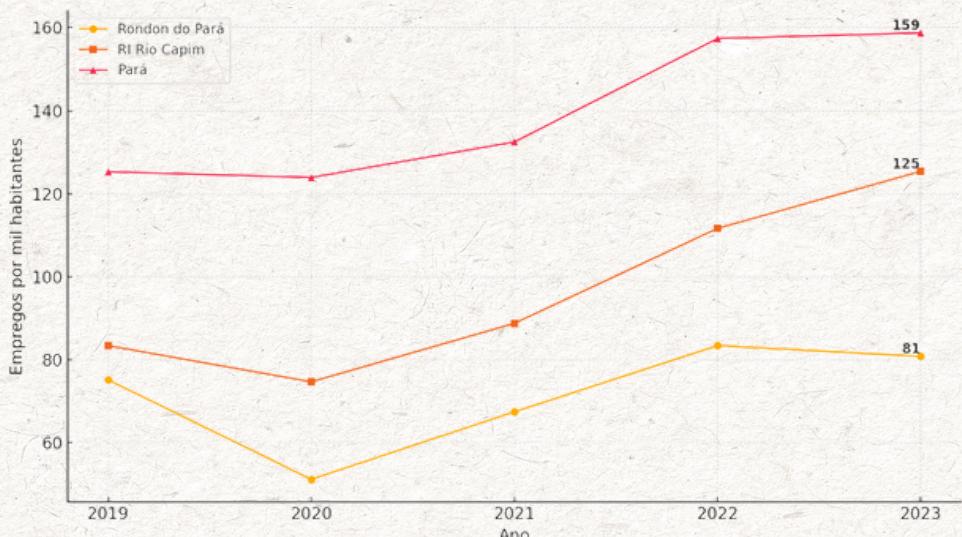
Empregos Formais por Mil Habitantes

Essa evolução mostra que, embora Rondon do Pará tenha apresentado crescimento relativo após 2020, seu desempenho foi inferior ao da RI e do estado. A diferença entre o município e o estado aumentou ao longo dos anos, indicando desafios locais na geração de empregos formais em ritmo compatível com o restante da região. A retomada pós-pandemia foi mais acelerada em escala estadual, enquanto o município ainda demonstra fragilidade estrutural no mercado formal de trabalho, o que pode impactar negativamente os indicadores de renda e desenvolvimento social (Gráfico 15).

Em Rondon do Pará, o indicador caiu de 75 em 2019 para 51 em 2020, refletindo os efeitos da pandemia no mercado de trabalho formal. A partir de 2021, observou-se recuperação gradual, subindo para 67, depois 84 em 2022, com leve retração para 81 em 2023. Na Região de Integração (RI) Rio Capim, a trajetória foi semelhante, iniciando em 83 em 2019, recuando para 75 em 2020, mas avançando para 89 em 2021, 112 em 2022 e 125 em 2023, evidenciando forte dinamismo regional. Já o estado do Pará manteve-se acima dos demais: de 126 em 2019 e 2020, cresceu para 132 em 2021, 158 em 2022 e atingiu 159 empregos formais por mil habitantes em 2023 (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Rondon do Pará apresentou crescimento contínuo do PIB per capita, partindo de R\$ 10.267 em 2018 para R\$ 14.053 em 2022. Os avanços foram mais modestos até 2019, mas aceleraram a partir de 2020, com destaque para o aumento de R\$ 1.600 entre 2020 (R\$ 12.416) e 2021 (R\$ 14.016). A RI Rio Capim também teve expansão, indo de R\$ 12.986 em 2018 para R\$ 21.977 em 2022, mantendo níveis sempre superiores ao município. O Pará, por sua vez, apresentou os melhores desempenhos, passando de R\$ 19.146 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, com expressivo crescimento, especialmen-

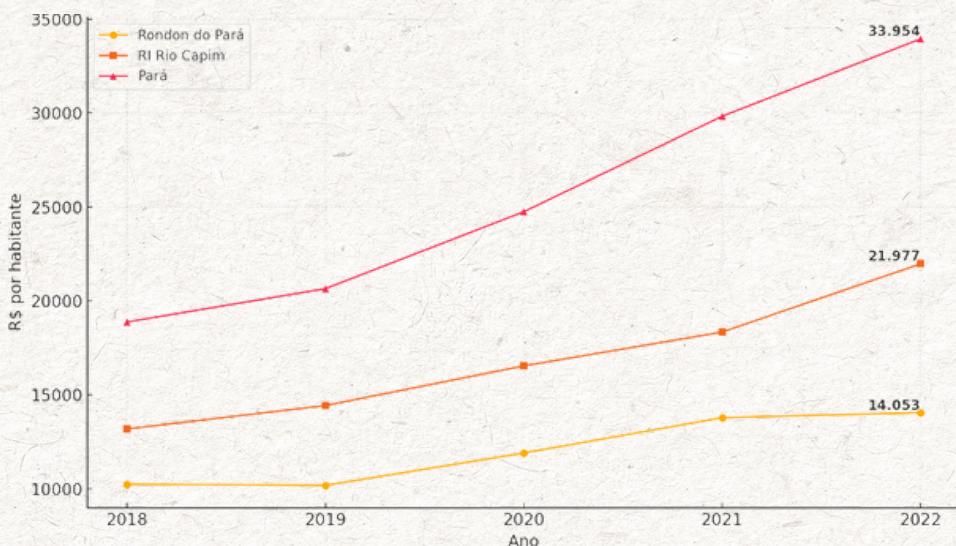
te entre 2020 e 2022 (Gráfico 16).

A diferença de patamar entre Rondon do Pará e o restante do estado indica uma desigualdade regional marcante. Enquanto o estado teve um crescimento de 77% no período, Rondon avançou apenas 36%, o que pode estar relacionado à menor diversificação econômica ou concentração setorial de baixa produtividade. O ritmo mais acelerado da RI sugere que outros municípios da região se beneficiaram mais fortemente de dinâmicas econômicas recentes, como o avanço da mineração ou do agronegócio em outras localidades vizinhas (Gráfico 16).





Gráfico 16 - PIB per capita, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14.053/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



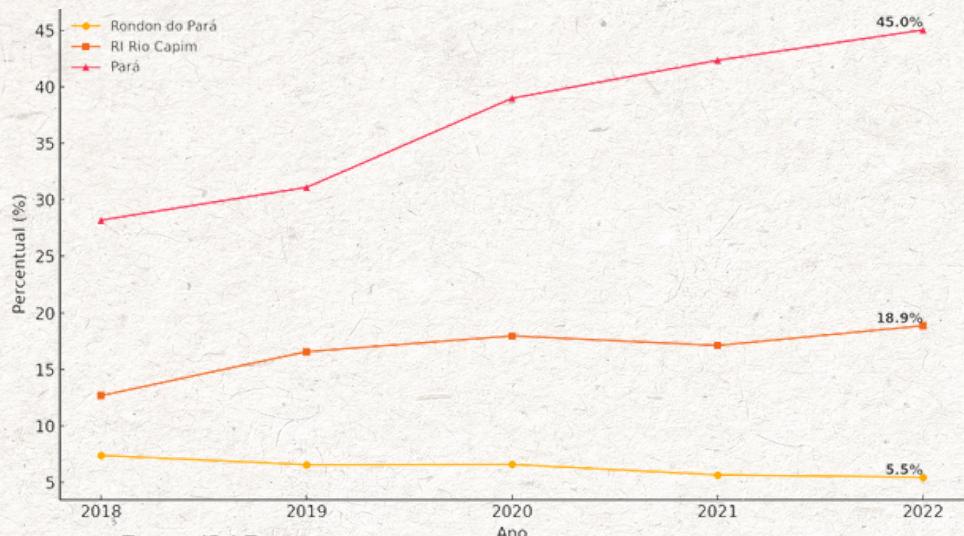
Em Rondon do Pará, a participação da indústria no PIB caiu de 7,6% em 2018 para 5,5% em 2022, com pequenas variações intermediárias, como 6,4% em 2020 e 5,8% em 2021. Esse comportamento sinaliza uma retração relativa da atividade industrial local. Já na RI Rio Capim, a indústria ganhou espaço, passando de 12,9% para 18,9% no mesmo período, com pico de 18,1% em 2020. No estado do Pará, o avanço foi mais expressivo: de 28,2% em 2018 para 45,0% em 2022, com crescimento contínuo ano após ano (Gráfico 17).

O contraste entre o município e os demais níveis territoriais revela uma tendência de desconcentração ou perda de protagonismo industrial local. Enquanto o Pará e a RI demonstram avanço na industrialização — possivelmente ligado à expansão da mineração, agroindústria e energia — Rondon parece estagnado ou em processo de desindustrialização relativa. Isso pode comprometer a geração de valor agregado, empregos de melhor remuneração e desenvolvimento de cadeias produtivas locais, afetando negativamente sua competitividade regional (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Rondon do Pará, o indicador apresentou 6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, recuou fortemente para 2 em 2020 e voltou a crescer nos anos seguintes: 6 em 2021, 6,5 em 2022 e 7 em 2023. A Região de Integração Rio Capim seguiu trajetória ascendente: de 8,8 em 2019 para 7,5 em 2020, chegando a 9,8



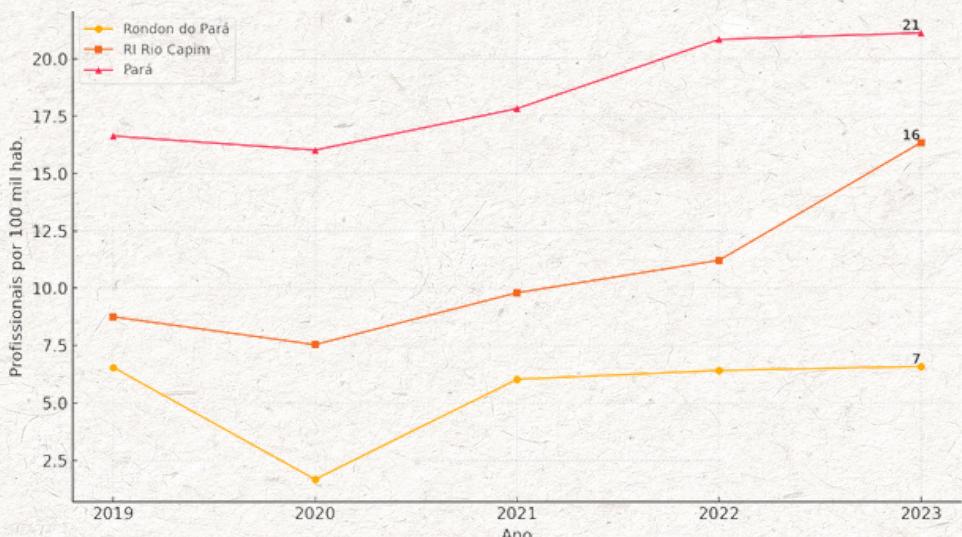
em 2021, 11,2 em 2022 e atingindo 16 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. O estado do Pará manteve-se com os maiores valores: partindo de 16,5 em 2019, oscilando levemente para 16 em 2020, e aumentando até alcançar 21 em 2023 (Gráfico 18).



A análise revela que Rondon do Pará está bem abaixo das médias estadual e regional, com uma densidade muito reduzida de profissionais da ciência. Apesar da recuperação após 2020, o município permanece em patamar baixo, o que pode indicar dificuldades de atração, formação ou fixação desses profissionais. Já o crescimento expressivo na RI e no estado sinaliza avanço nas políticas de ciência e tecnologia em maior escala, enquanto Rondon precisa de maior investimento em qualificação científica, infraestrutura educacional e políticas de retenção de talentos para acompanhar esse movimento (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles



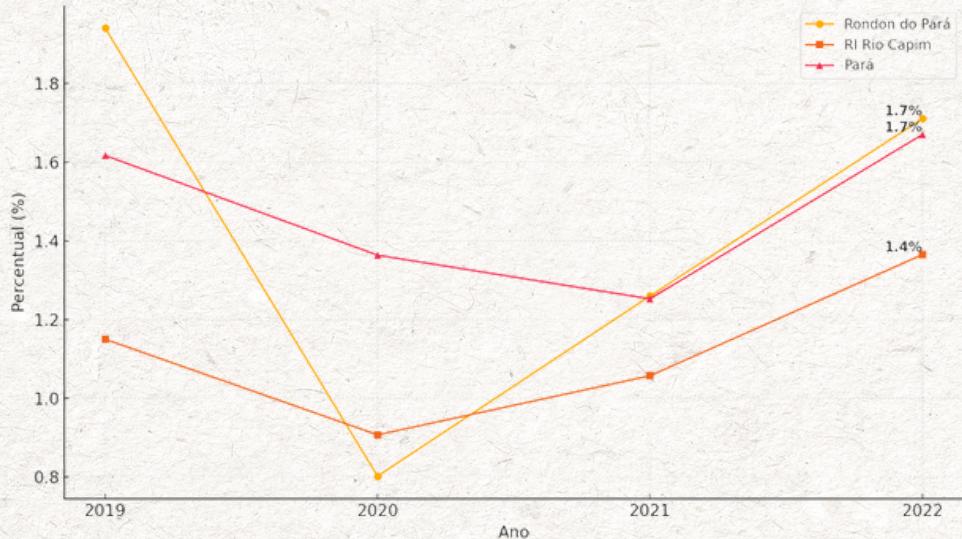


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2020, a massa salarial dos vínculos formais como proporção do PIB apresentou queda significativa em Rondon do Pará, passando de 1,9% para 0,8%. A Região de Integração Rio Capim também recuou de 1,15% para 0,9%, enquanto o estado do Pará caiu de 1,62% para 1,36%. Essa redução foi provavelmente reflexo da desaceleração econômica causada pela pandemia. Em 2021, os três níveis territoriais mostraram recuperação, com os percentuais subindo para 1,25% no município, 1,06% na RI e 1,26% no estado (Gráfico 19).

Em 2022, a tendência de crescimento se manteve. Rondon do Pará e o estado alcançaram 1,7%, retornando ou superando os patamares de 2019. Já a RI Rio Capim atingiu 1,4%, sem ainda recuperar totalmente o nível pré-pandemia. O município teve a maior oscilação ao longo do período, com forte queda e recuperação acentuada. O estado, por sua vez, demonstrou maior estabilidade e resiliência. No geral, os dados apontam uma trajetória de retomada após o impacto inicial da crise sanitária (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

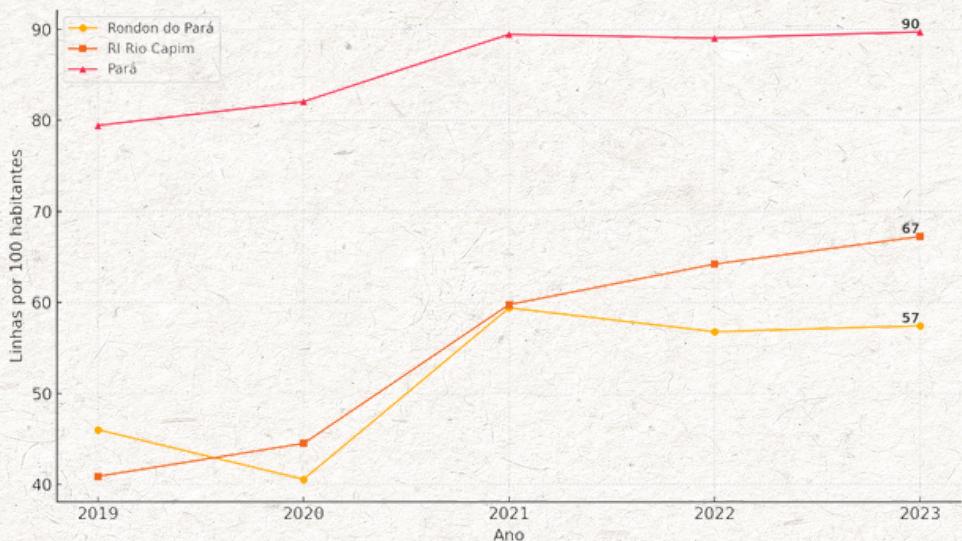
Em Rondon do Pará, o acesso à telefonia móvel iniciou em 46,1 linhas por 100 hab. em 2019, caiu para 40,1 em 2020, e depois cresceu significativamente para 59,4 em 2021. Houve leve retração em 2022 (56,7), seguida de uma estabilidade com 57,1 em 2023. Na RI Rio Capim, o indicador partiu de 40,9 em 2019 e apresentou crescimento contínuo até atingir 67,2 linhas por 100 hab. em 2023. No estado do Pará, o número foi consistentemente alto, saindo de 79,2 em 2019 e chegando a 90,0 em 2023 (Gráfico 20).

Esse comportamento demonstra que, embora Rondon do Pará tenha mostrado melhoria no acesso a partir de 2021, ainda mantém defasagem em relação à média estadual e da região. A RI Rio Capim mostrou recuperação mais robusta e progressiva. O Pará, por sua vez, já possuía um patamar elevado de acesso e o manteve com pequenas variações positivas, indicando maior estabilidade na infraestrutura de telecomunicação (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

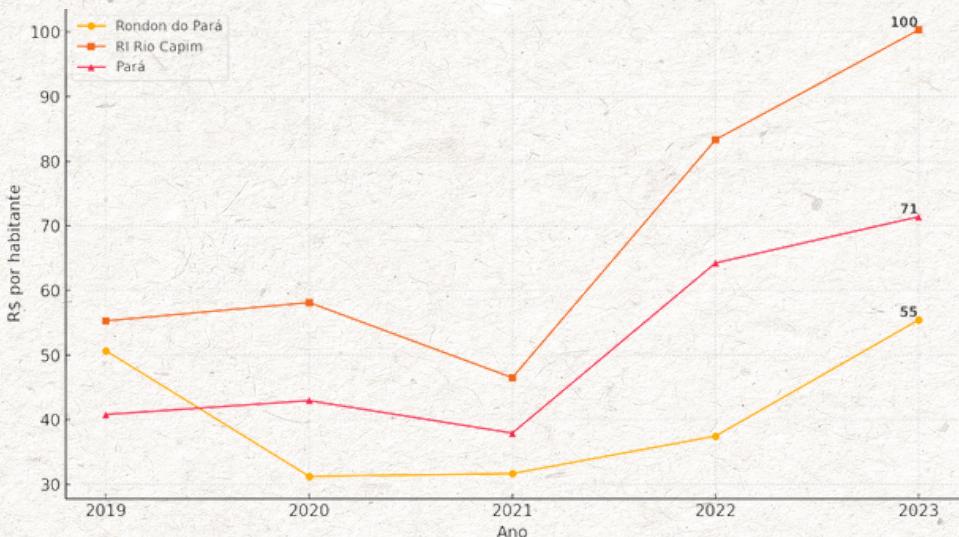
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Rondon do Pará, as despesas per capita caíram de R\$ 50,8 em 2019 para R\$ 30,7 em 2020, mantendo-se quase estáveis em 2021 (R\$ 31,6), antes de crescerem para R\$ 37,4 em 2022 e saltarem para R\$ 55,2 em 2023. Já a RI Rio Capim oscilou de R\$ 55,3 (2019) a R\$ 58,4 (2020), caindo para R\$ 46,7 em 2021, mas depois expandiu fortemente para R\$ 83,3 em 2022 e R\$ 100,0 em 2023. O estado do Pará foi de R\$ 41,0 em 2019 a R\$ 71,0 em 2023, com queda em 2021 (R\$ 37,8) e recuperação expressiva após esse ponto (Gráfico 21).

Esses dados indicam que, apesar de um início promissor, Rondon teve cortes acentuados até 2020 e uma lenta recuperação até 2022, acelerando apenas em 2023. A RI Rio Capim, embora também tenha tido redução em 2021, respondeu com forte investimento em anos seguintes. O estado manteve trajetória semelhante, sugerindo que o ano de 2021 pode ter refletido um período de retração orçamentária generalizada, com retomada em 2022 e 2023 (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 55/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



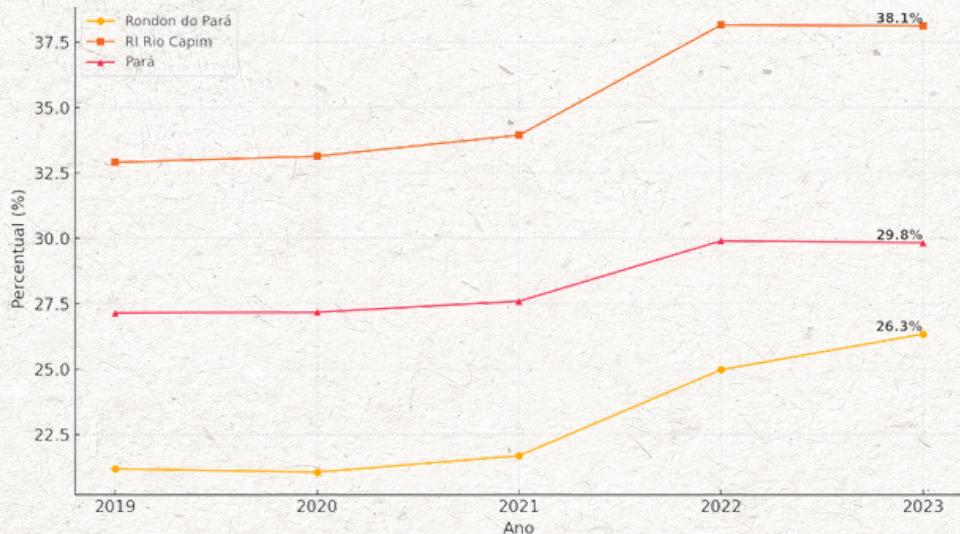


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Rondon do Pará, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo subiu de 21,0% em 2019 para 26,3% em 2023. O aumento foi progressivo, com elevações em 2021 (21,8%), 2022 (25,0%) e o pico em 2023. A RI Rio Capim, com patamares consistentemente mais altos, também teve aumento expressivo no período. Apesar de menor, o crescimento também é visível no Pará. O avanço generalizado do indicador sugere ausência ou deficiência na coleta formal de resíduos sólidos, especialmente entre comunidades vulneráveis (Gráfico 22).

A elevação constante em Rondon do Pará revela um agravamento da precariedade no descarte de resíduos entre os mais pobres. A RI Rio Capim, com patamares consistentemente mais altos, também teve aumento expressivo no período. Apesar de menor, o crescimento também é visível no Pará. O avanço generalizado do indicador sugere ausência ou deficiência na coleta formal de resíduos sólidos, especialmente entre comunidades vulneráveis (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



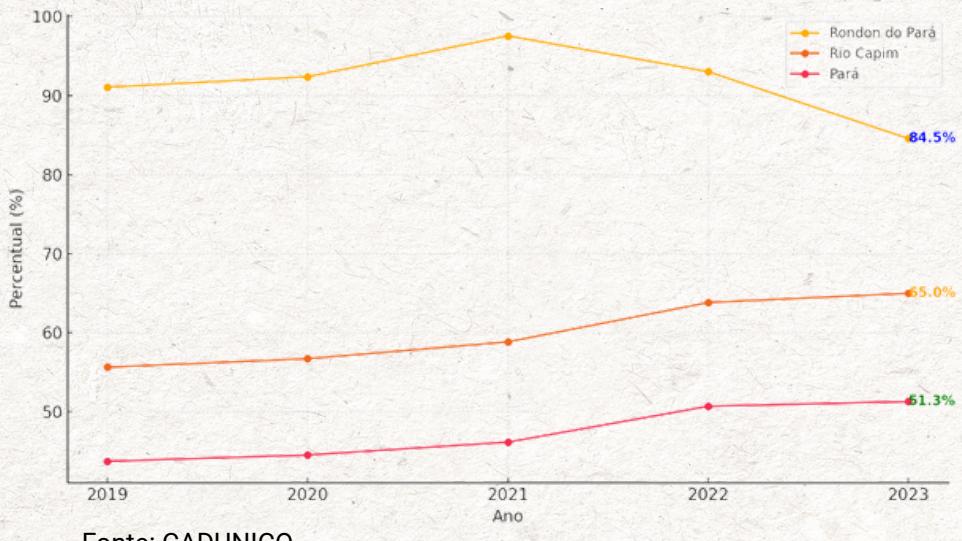
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Rondon do Pará apresentou os maiores índices: começou com 91,0% em 2019, subiu até 98,0% em 2021, recuou para 93,0% em 2022 e caiu para 84,5% em 2023. A RI Rio Capim subiu de 55,5% em 2019 para 65,0% em 2023, enquanto o Pará evoluiu de 43,6% para 51,3% no mesmo intervalo. Ainda que tenha havido queda em Rondon nos últimos dois anos, os percentuais permanecem muito elevados (Gráfico 23).

O indicador evidencia forte vulnerabilidade

sanitária em Rondon do Pará, que manteve mais de 90% da população de baixa renda com acesso apenas a fossas rudimentares por quase todo o período. A leve redução em 2023 não altera o cenário de exclusão sanitária. A RI Rio Capim e o estado do Pará também mostram crescimento da precariedade, embora em menor escala. A tendência é alarmante e evidencia necessidade urgente de investimentos em saneamento básico (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 84,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



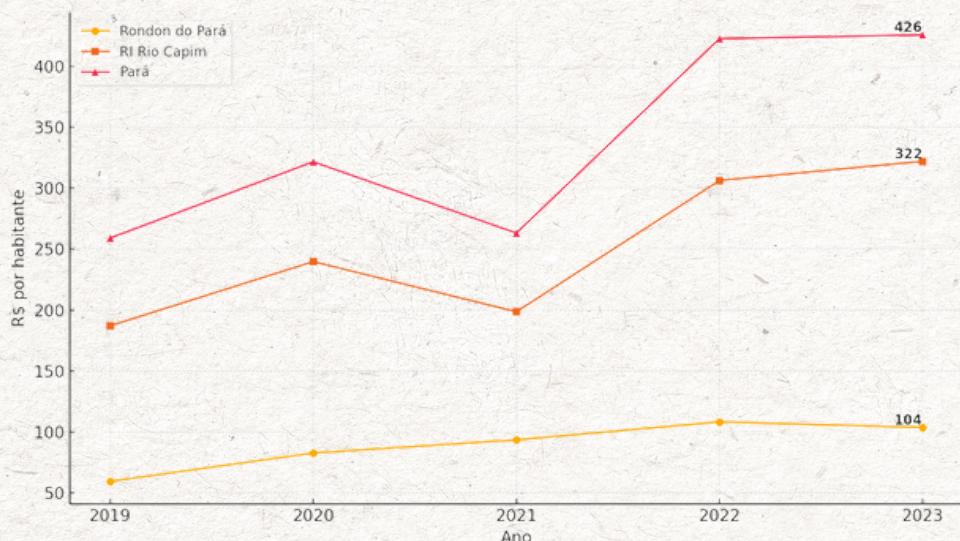
Gastos per capita com prevenção de desastres

Rondon do Pará aumentou gradualmente seus gastos per capita com prevenção de desastres, saindo de R\$ 59,5 em 2019 para R\$ 104 em 2023. O avanço foi constante: R\$ 82 em 2020, R\$ 92 em 2021, atingindo o pico de R\$ 110 em 2022, com leve recuo no último ano. A Região de Integração Rio Capim apresentou valores bem superiores, indo de R\$ 189 em 2019 para R\$ 322 em 2023, com salto relevante entre 2021 (R\$ 200) e 2022 (R\$ 307). O estado do Pará teve o maior patamar: de R\$ 260 em 2019, passou a R\$ 323 em 2020, recuou em 2021 para R\$ 264 e saltou para R\$ 426 em 2022, mantendo-se nesse nível em 2023 (Gráfico 24).



A análise mostra que, embora Rondon do Pará tenha evoluído positivamente, o município ainda investe significativamente menor que o estado e a RI. A diferença entre os níveis territoriais se acentuou principalmente a partir de 2022, indicando maior comprometimento orçamentário dos entes estaduais e regionais. Esse padrão pode estar associado à maior concentração de políticas preventivas em áreas mais densamente povoadas ou economicamente relevantes, deixando municípios menores em relativa desvantagem, o que pode comprometer a resiliência local frente a eventos climáticos extremos (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 104/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



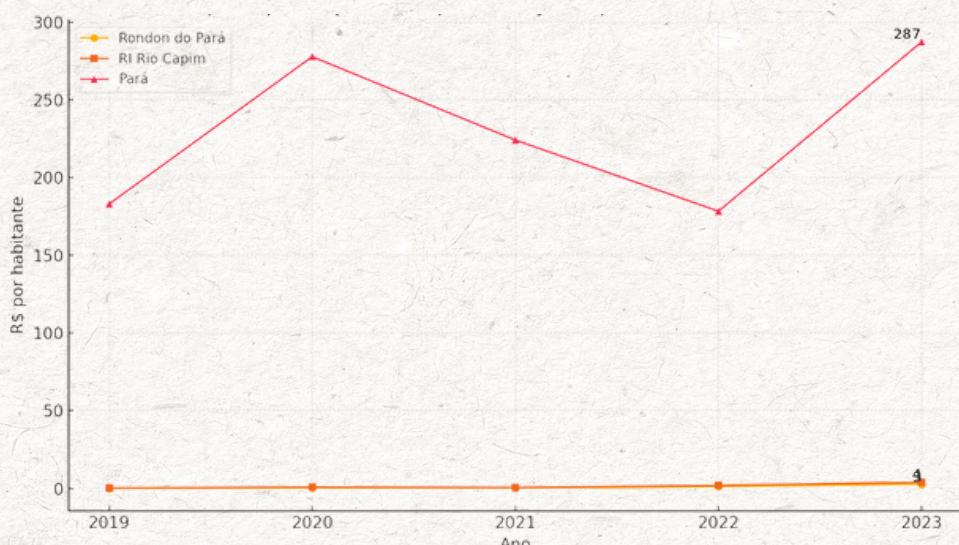
Despesa per capita com preservação aquática

Em Rondon do Pará, os gastos per capita com preservação aquática praticamente inexistiram de 2019 a 2022, sendo registrados em 2023 apenas R\$ 3 por habitante. A Região de Integração Rio Capim permaneceu com valores nulos em todo o período analisado. Já o estado do Pará teve um desempenho expressivo, com R\$ 183 em 2019, R\$ 278 em 2020, R\$ 225 em 2021, R\$ 179 em 2022 e chegando a R\$ 287 por habitante em 2023, demonstrando forte priorização orçamentária do tema em nível estadual (Gráfico 25).

A discrepância entre os três níveis é clara: enquanto o estado apresentou gastos robustos e relativamente constantes com preservação aquática, os níveis municipal e regional carecem quase completamente de investimentos nessa área. Isso pode indicar ausência de políticas locais voltadas à conservação de recursos hídricos ou a dependência de ações conduzidas pela esfera estadual. Essa lacuna pode comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos locais, especialmente em regiões ribeirinhas ou com mananciais estratégicos, como ocorre em boa parte do Pará (Gráfico 25).



**Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática,
Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual da área de floresta em Rondon do Pará apresentou leve oscilação, iniciando com 32,3% em 2019 e encerrando o período em 30,3%. A redução mais acentuada ocorreu entre 2020 e 2021, caindo de 31,9% para 30,4%. Em 2022, houve leve recuperação para 30,9%, mas sem grande variação até 2023. No geral, o município manteve um padrão de estabilidade relativa, embora com tendência de declínio discreto. A manutenção em torno de 30% indica que parte considerável da cobertura florestal já se encontrava comprometida no início da série. A recuperação parcial em 2022 não se sustentou em 2023. O

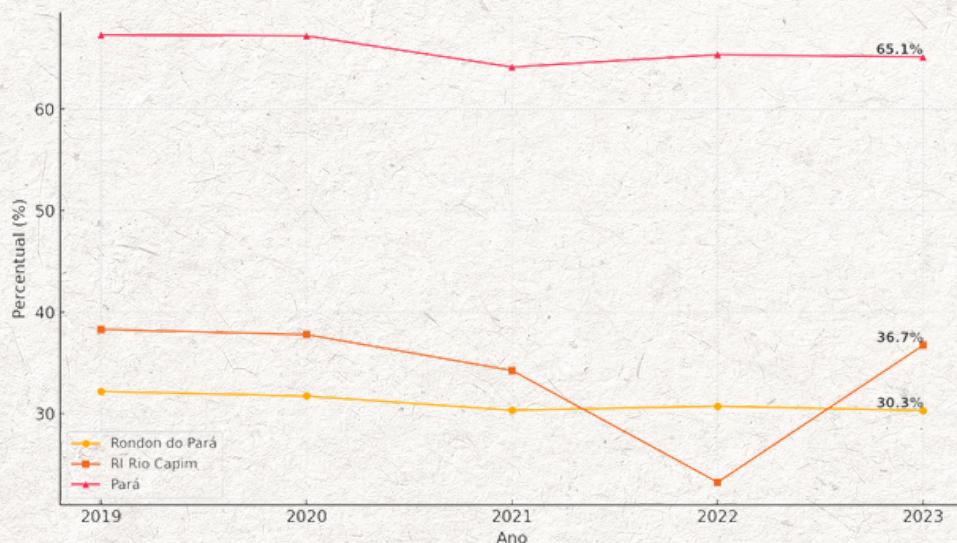
comportamento sugere pressão contínua sobre os remanescentes florestais locais (Gráfico 26).

Na Região de Integração Rio Capim, o indicador começou com 38,3% em 2019 e caiu de forma mais intensa, atingindo apenas 24,7% em 2022. Essa redução foi particularmente forte entre 2021 e 2022, quando o percentual despenhou de 34,5% para 24,7%. Contudo, em 2023, houve reversão significativa, com aumento para 36,7%, o que reaproxima o indicador dos níveis de 2019. Essa recuperação pode estar associada a ajustes nos dados geoespaciais ou ações de restauração ambiental, embora não se possa afirmar sem

mais informações. Já o estado do Pará manteve maior estabilidade, oscilando entre 65,6% em 2019 e 65,1% em 2023. O estado demonstrou resiliência na preservação de sua cobertura florestal, apesar de pequenas variações. Isso destaca a diferença entre os padrões locais e estaduais de conservação (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Rondon do Pará apresentou altos índices de desmatamento ao longo do período: 68,7% em 2019, 69,0% em 2020, 69,2% em 2021, 69,9% em 2022 e 69,7% em 2023, com variações mínimas. A RI Rio Capim iniciou com 62,0% em 2019 e permaneceu estável até 2021, mas teve salto para 74,1% em 2022, antes de recuar para 63,1% em 2023. Já o estado do Pará teve desempenho ambiental mais favorável: 21,2% em 2019, subindo gradualmente para 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

A persistência de valores elevados e estáveis em Ron-

don aponta para um cenário de desmatamento consolidado e contínuo uso predatório da terra. A queda abrupta na RI em 2023 pode refletir correções cadastrais ou ações de monitoramento e controle, enquanto o estado apresenta avanço controlado e mais sustentável. O contraste evidencia a necessidade de políticas locais mais rigorosas e eficazes para frear o desmatamento em áreas críticas, garantindo a preservação ambiental e mitigando os efeitos das mudanças climáticas (Gráfico 27).

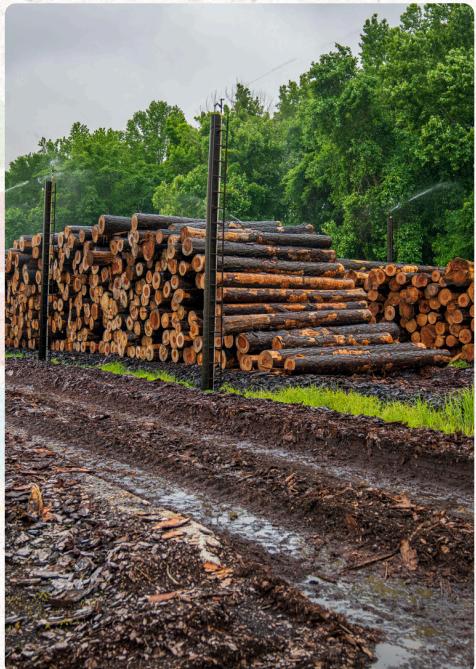
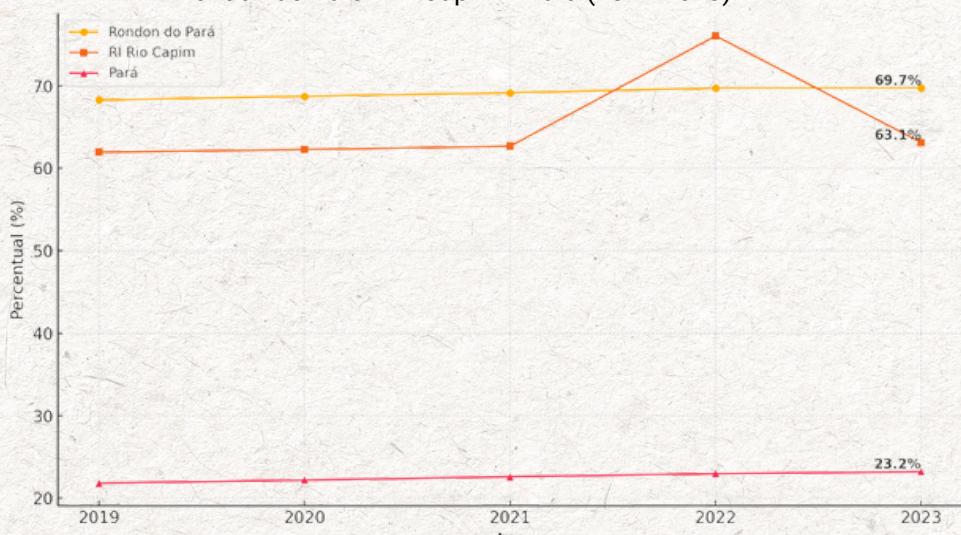


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Rondon do Pará, o índice de trabalho infantil manteve-se estável entre 2019 e 2020, com 9,6 casos por 100 mil habitantes, mas caiu drasticamente para 2,0 em 2021. A partir daí, houve crescimento contínuo, com 13,3 em 2022 e 21,0 em 2023, superando os níveis anteriores. Na Região de Integração Rio Capim, a tendência foi oposta: partindo de 31,8 casos em 2019, caiu de forma progressiva para 20,6 em 2020, 16,0 em 2021, 13,0 em 2022 e 9,0 em 2023. Já no estado do Pará, os dados mostram uma queda de 39,4 (2019) para 11,0 (2023), com redução constante ao longo dos anos (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

A comparação evidencia que, embora Rondon do Pará tenha iniciado o período com o menor índice entre os três territórios, a partir de 2022 passou a apresentar valores superiores à média estadual e regional. Em 2023, o município registrou mais que o dobro do índice da Região de Integração (21,0 contra 9,0) e quase o dobro do valor estadual (11,0). Isso indica um agravamento local da problemática, contrastando com os avanços observados tanto na região quanto no estado. A reversão da tendência após 2021 exige atenção específica para políticas públicas de combate ao trabalho infantil no município (Gráfico 28).

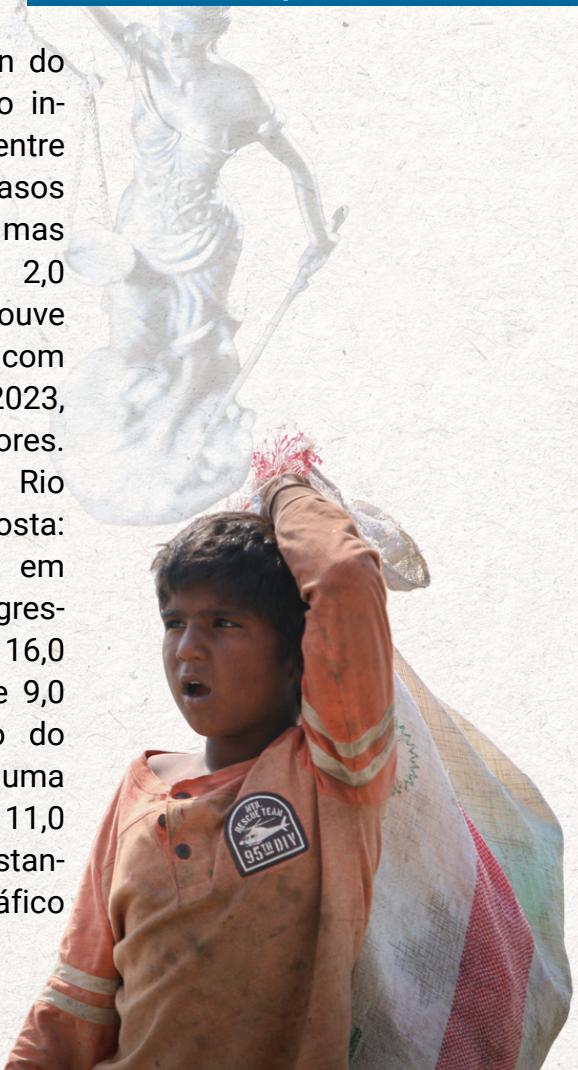
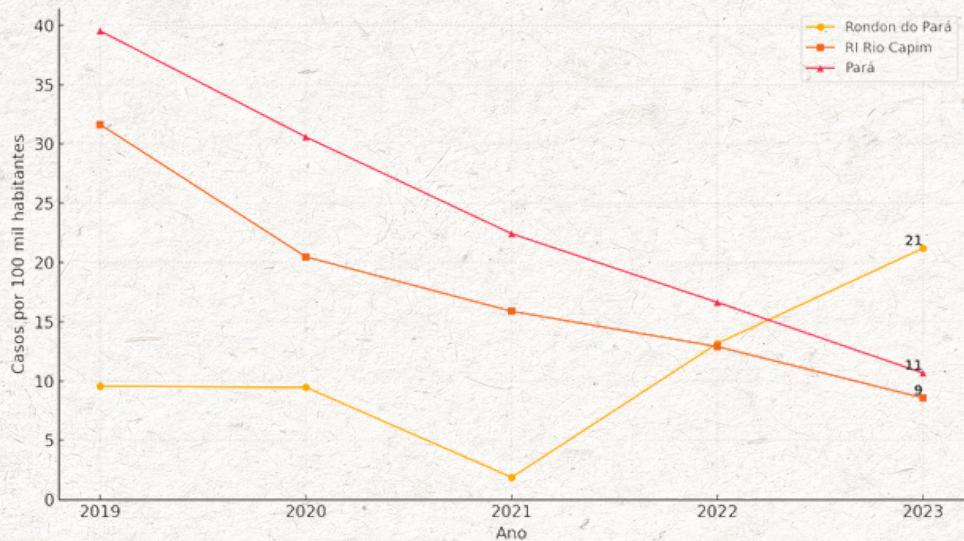




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

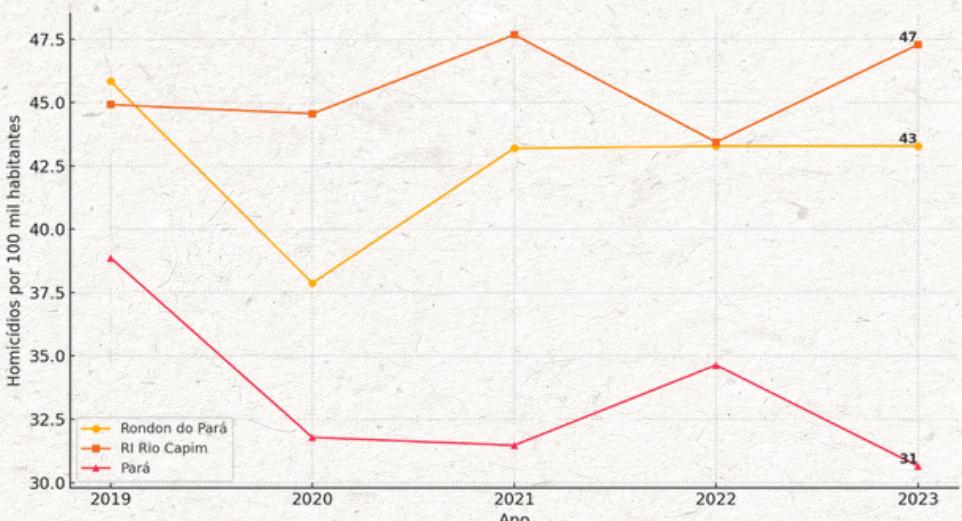
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Rondon do Pará, a taxa de homicídios oscilou ao longo do período, partindo de 45,8 em 2019, caindo para 38,0 em 2020 e subindo para 43,2 em 2021. Entre 2022 e 2023, o índice manteve-se estável em 43,2. A Região de Integração Rio Capim teve comportamento semelhante, com 45,0 homicídios por 100 mil em 2019, uma leve queda em 2020 (44,5), um pico em 2021 (47,7), uma queda em 2022 (43,3) e novo crescimento em 2023, atingindo 47,0. Já o estado do Pará apresentou redução mais clara, passando de 39,0 em 2019 para 31,0 em 2023 (Gráfico 29).

O comparativo revela que tanto o município de Rondon do Pará quanto a RI Rio Capim mantiveram taxas significativamente superior à média estadual durante todo o período. Em 2023, por exemplo, a taxa estadual foi 31,0, enquanto em Rondon foi 43,2 e na RI Rio Capim foi 47,0. Isso indica uma persistência da violência letal nas esferas local e regional, sem a mesma tendência de melhora observada no estado. A estabilização dos dados em Rondon entre 2021 e 2023 pode indicar uma estagnação no combate à violência, demandando esforços mais efetivos para redução dos homicídios (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





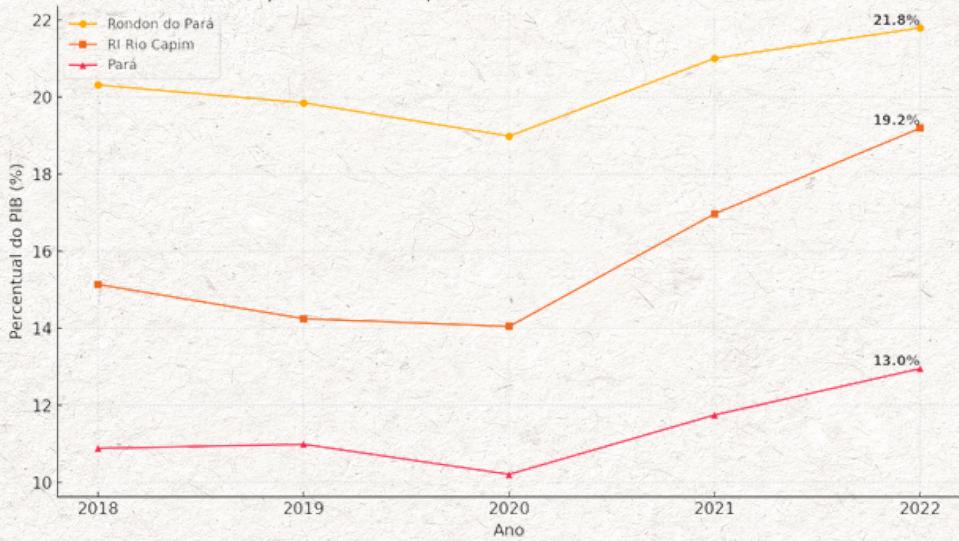
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Rondon do Pará, o gasto público municipal iniciou em 2018 com 20,3% do PIB, apresentando leve queda nos anos seguintes: 19,9% em 2019 e 19,0% em 2020. A partir de 2021, observou-se uma recuperação significativa, com 20,9%, culminando em 21,8% em 2022. Na Região de Integração Rio Capim, o indicador partiu de 15,1% em 2018, caiu para 14,2% em 2020 e subiu fortemente para 17,0% em 2021 e 19,2% em 2022. Já o estado do Pará teve desempenho mais contido: os percentuais oscilaram de 10,9% em 2018 a 13,0% em 2022, após leve recuo em 2020 (10,2%) (Gráfico 30).

Esse comportamento revela que o município de Rondon do Pará mantém, historicamente,

gastos públicos municipais significativamente superior, em proporção ao PIB, quando comparado à média estadual e regional. A retomada do crescimento após 2020 pode estar associada a políticas de enfrentamento à pandemia e investimentos públicos locais. Apesar da convergência entre o município e a RI em 2022, a diferença em relação ao estado ainda é bastante acentuada. Isso pode indicar maior participação do setor público na economia local, seja por dependência administrativa ou menor dinamismo do setor privado. Por outro lado, elevações constantes devem ser avaliadas com cautela quanto à sustentabilidade fiscal (Gráfico 30).

**Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB,
Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



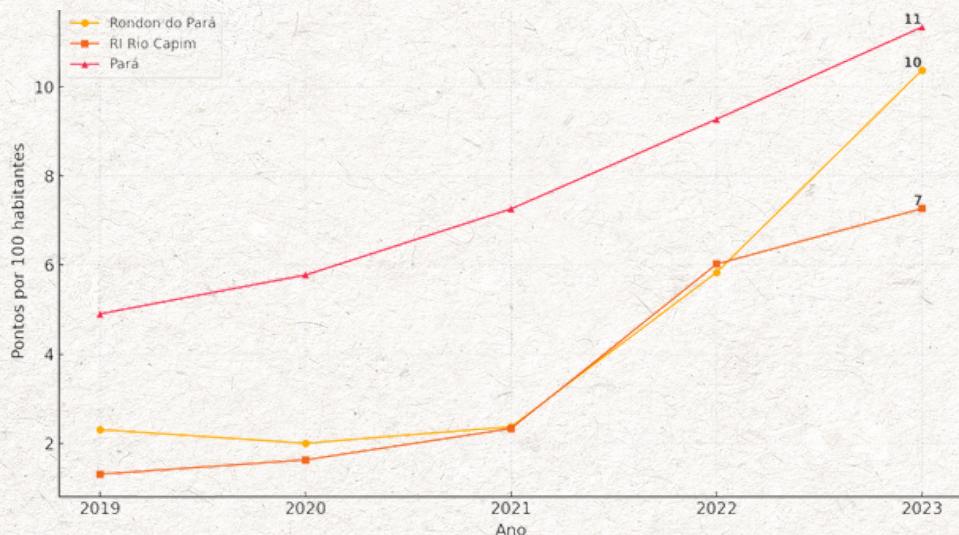
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Rondon do Pará iniciou 2019 com 2,3 pontos de acesso por 100 habitantes, caindo para 2,0 em 2020 e voltando a crescer nos anos seguintes: 2,4 em 2021, 5,9 em 2022 e chegando a 10,3 em 2023. A Região de Integração Rio Capim teve valores inferiores no início, partindo de 1,3 em 2019, mas seguiu trajetória ascendente: 1,6 em 2020, 2,3 em 2021, 5,9 em 2022 e 7,0 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, apresentou expansão contínua e mais acentuada: de 4,9 em 2019 para 11,0 pontos por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 31).

Esse avanço reflete uma importante expansão da infraestrutura de conectividade na regi-

ão, especialmente a partir de 2021. Em Rondon do Pará, a aceleração do crescimento entre 2021 e 2023 foi marcante, mais do que quadruplicando o número de acessos. Apesar disso, o município ainda permanece abaixo da média estadual, indicando a necessidade de continuidade nos investimentos em conectividade digital. A expansão da banda larga é fator essencial para o desenvolvimento econômico, inclusão digital e acesso a serviços como educação e saúde. A RI também segue tendência positiva, embora com desempenho mais modesto, o que pode refletir disparidades intrarregionais de infraestrutura (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

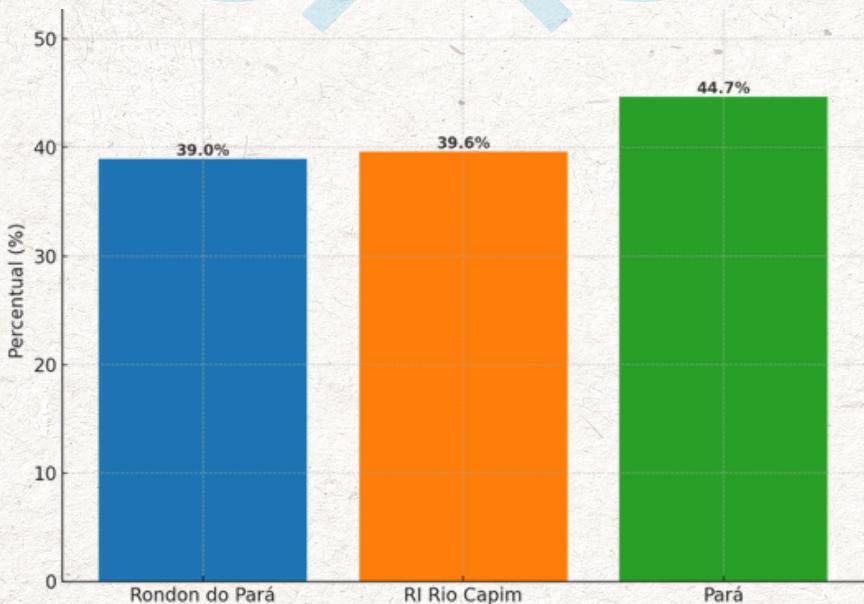
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Rondon do Pará** registrou um IDS de **39%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Rondon do Pará x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



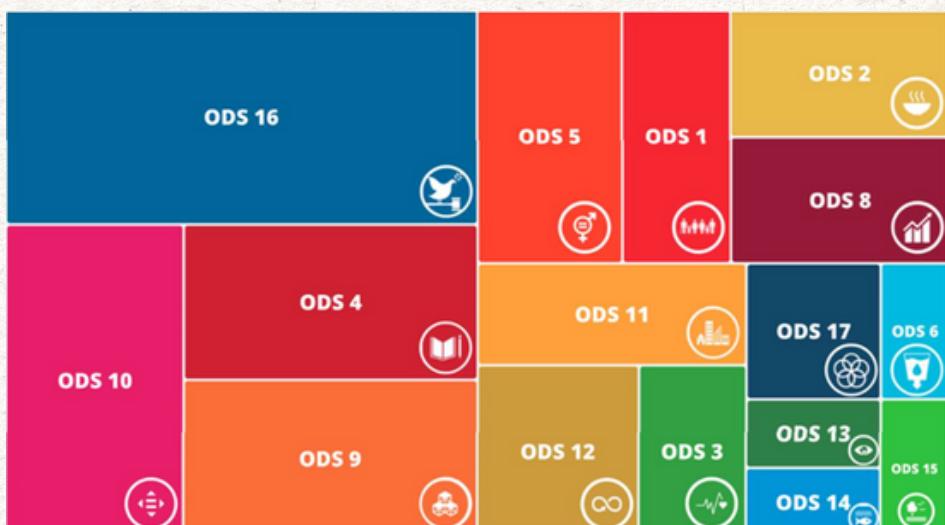
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Rondon do Pará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Rondon do Pará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

